

LUSOS AMORES EM CORPOS COLONIZADOS: AS MULHERES AFRICANAS NA LITERATURA PORTUGUESA DA GUERRA COLONIAL

Margarida Calafate Ribeiro

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Os Descobrimentos portugueses situados na primeira modernidade europeia, proporcionaram, num primeiro instante, e de um ponto de vista europeu, o encontro com o Outro. Com eles a Europa definiu-se a si própria como um centro de identidade, de poder e de irradiação cultural face a esse Outro, que os europeus interpretaram, imaginaram e construíram em sucessivas metáforas de contraste, conforme as épocas e as respectivas percepções políticas da diferença. De uma aparente relação de equivalência, que reflecte o momento do extasiamento e das primeiras dificuldades e perplexidades na descrição desse Outro—“Nem ele entende a nós, nem nós a ele,” nas palavras de Luís de Camões,—passa-se a uma posição de valorização do próprio, por desvalorização do Outro.¹ Esta visualização do Outro como inferior passa dos sujeitos para as terras que habitam, impondo uma ordem política e religiosa baseada na “nossa” superioridade, como aliás desde logo ficou patente na apresentação do mundo, oferecida por Tétis a Vasco da Gama:

Vês Europa Cristã, mais alta e clara
Que as outras em pólicia e fortaleza.
Vês África, dos bens do mundo avara,
Inculto e toda cheia de bruteza; (Camões X: 92)

No entanto, este olhar não seria inevitavelmente unidimensional. Desde cedo se deu o “confronto do olhar,” trazendo não só as visões europeias dos povos encontrados, mas também as visões desses povos sobre os europeus² e talvez, acima de tudo, como hoje, retrospectivamente, nos é possível observar uma nova visão sobre a humanidade, sobre os valores ditos europeus, sobre a sua assumida superioridade e mesmo o seu questionamento, como Montaigne tão bem

assumiu em pleno Renascimento. No entanto, a “missão civilizadora” cristã de que a Europa, a partir de então, ficou imbuída, face ao Outro, *inculto, bruto e sem lei*, nas várias modelações em que se foram prolongando as Descobertas ao longo dos séculos (Ramalho 103), pressupôs sempre a superioridade cultural, religiosa e racial do Ocidente, mas foi, simultaneamente, nas perspectivas das várias épocas, uma manifestação de um ideal de cultura universal com propostas humanistas—evangelizar, civilizar e “partilhar” com os outros povos uma cultura superior. Este pano de fundo da boa consciência europeia pressupunha uma percepção culturalmente negativa das terras colonizadas. “Terras viciosas/ De África e de Ásia,” diz-se em *Os Lusíadas* (I:2, 1), que só por influência e colonização europeia poderiam ascender à civilização. Por isso, quando falamos em ordem colonial sobre uma terra a metáfora da violação torna-se imediata. Violação e penetração de uma terra alheia à revelia da sua população local; violação e penetração numa cultura por imposição de outra; violação e penetração dos corpos destas populações, pelas espadas que impõem a nova ordem saída dos combates, pelos falos dos guerreiros e dos coloniais ansiosos por cobrar o seu tributo vitorioso, pelos chicotes que impõem o trabalho em proveito dos seus manipuladores. O registo cicatricial destes corpos coloniais parece ser assim uma metáfora ideal para exploração das relações sociais traçadas neste contexto, confirmando que não foi por acaso que a ciência ocidental do século XIX nos apresentou “cientificamente” estes corpos como diferentes, havendo nessa diferença o registo de inferioridade, que atestava uma inferioridade mental, passível de ser trazida à civilização pelos colonizadores ocidentais.

Pensando em colonização e guerra—que constituem o binómio que constrói e defende os impérios—acresce ao estatuto de inferioridade estabelecido pela ordem colonial, o de inimigo, ou de potencial inimigo no meio da população, como é típico de uma guerra de guerrilha, que pelo seu carácter ambíguo questiona também as relações de género pré-estabelecidas em contextos de guerra.

Lusos Amores

Neste sentido e pensando em mulheres locais, vêm-me à memória os versos de Álvaro de Campos em “Ode Marítima,” quando interpela os homens europeus sobre as violências de que são feitos os impérios e, em particular, sobre as violações das terras e das mulheres:

Homens que erguestes padrões, que destes nomes a cabos!
Homens que negociastes pela primeira vez com pretos!
Que primeiro vendestes escravos de novas terras!
Que destes o primeiro espasmo europeu às negras atónitas!
Que trouxestes ouro, missanga, madeiras cheirosas, setas,
De encostas explodindo em verde vegetação!
Homens que saqueastes tranquilas povoações africanas,
Que fizestes fugir com o ruído de canhões essas raças,
Que matastes, roubastes, torturastes, ganhastes
Os prémios de Novidade de quem, de cabeça baixa,
Arremete contra o mistério de novos mares! (Pessoa/Campos 43)

Destes versos de Álvaro de Campos, que atestam a violência territorial, corporal e cultural do acto colonial, chamo a atenção especial para aqueles que destacam a violência sexual sobre os corpos femininos e vem-me à memória o quadro de Paula Rego “A Primeira Missa no Brasil,” de 1993.³ O quadro que está na base da inspiração de Paula Rego é a célebre pintura de Victor Meirelles, de 1860, que retrata a primeira missa no Brasil, colocando em grande plano toda a simbologia do poder religioso e colonial e os locais, ou seja, os índios, na paisagem. Porém, uma leitura pós-colonial deste quadro fundador da mitologia identitária brasileira destacaria a violência cultural do acto colonial, pela imposição física do colonizador, dos seus símbolos e do seu tempo e a rasura da história e da presença dos índios, ao integrá-los como não-seres na paisagem, tornando-os assim historicamente invisíveis na gesta colonizadora que o quadro celebra. O quadro de Paula Rego privilegia uma leitura dos silêncios, ou das ausências, do quadro de Victor Meirelles, e vai contemplar dois planos: num primeiro plano temos uma mulher grávida deitada sobre uma cama com a cabeça sobre uma camisola de marinheiro. Num canto deste mesmo plano está um peru excitado olhando vivamente para a mulher. Sobre ele está uma mulher de vestido branco manchado de sangue. Num segundo plano está a “Primeira Missa” do

português Roque Gameiro. Elaborado a partir da referida obra de Victor Meirelles, este quadro centra toda a sua tensão pictórica nos símbolos de ocupação portuguesa ao conciliar a cruz com o padrão e rasura, real e metaforicamente, os índios. A ligação simbólica estabelecida no quadro de Paula Rego entre a colonização da terra e a colonização e fecundação do corpo feminino, símbolo de tantos corpos violados, abusados e fecundados entre navegações, colonizações, migrações e guerras, é imediata.⁴ A história da colonização que este quadro está a narrar é a das “ausências” e, portanto, não coincide com a narrativa hegemónica e unilateral representada nos quadros que lhe servem de inspiração. Ao inverter, por meio da primazia dos planos pictóricos, a narrativa histórica hegemónica até aí construída, Paula Rego está a dar voz narrativa àqueles, ou neste caso àquelas, que Greil Marcus chamou “os refugiados da história” (17), aqueles que ficaram sem lugar na história, neste caso específico na narrativa colonial, mesmo quando, como no caso das mulheres, foram produtoras—forçadas, violadas, raramente amadas—da segunda fase da gesta imperial, ou seja, da colonização propriamente dita e da sociedade colonial, com brancos negros e mulatos em tenso e desigual contacto. Na literatura colonial, relativa a África, e nas literaturas africanas de língua portuguesa encontramos referências a contactos interraciais nas “contact zones” das longas coabitações—privilegiando os espaços interiores das casas ou os espaços já híbridos dos quintais e das varandas coloniais⁵—ou, mais frequentemente, ao resultado desses contactos representado nos “mulatos da casa colonial,” como assinala José Craveirinha em dolorosa voz poética pela violação de sua mãe:

Meu pai:
Eu sei que sou
fenómeno de fêmea
à lei do teu fato branco
tua gravata e colarinho engomado
(...)
Pai: a ti e à minha mãe
perdo-vos o amor frustrado
mulungo e negra sobre a terra

Lusos Amores

ambos luxúria e submissão
a copular evoluindo em mim.

O meu riso
é a maquilhagem do mulato
à humilhação materna que se abriu
resignadamente astuta
no útero da negra que se vingou.

E se canto assim
oiçam atentos a voz
humana
do filho moçambicano que se gerou (84 e 39).

Num contexto de guerra declarada, como foi o da Guerra Colonial—apesar do argumento do regime sobre uma “missão de soberania”—vários são ainda os factores a acrescentar a estes contactos coloniais sempre desiguais.

A deslocação numerosa de homens imbuídos de uma cultura militar arrastou sempre consigo duas questões importantes relativas a mulheres locais: por um lado, aquelas que desde a Antiguidade seguem os exércitos de forma nunca assumida e contabilizada como um bem de consumo especialmente apropriado para satisfazer os apetites sexuais dos guerreiros; por outro lado, as vítimas da violação dos guerreiros, espécie de troféu máximo de humilhação do inimigo transposta para a posse e fecundação dos corpos femininos a eles supostamente pertencentes. Lamentavelmente, ainda hoje, esta situação é pouco olhada ou olhada com uma indesculpável complacência, como se a violência sexual fosse endémica à cultura militar.⁶

Pensando nas muitas mulheres africanas violadas em contextos semelhantes, recordo os testemunhos avulso de homens atormentados pela memória das mulheres grávidas que esventraram, pelas imagens daquelas que lhes serviram de guias, cujos corpos explodiam à primeira mina e que hoje continuam a explodir nas suas mentes perturbadas pelas memórias da guerra. Recordo as palavras portadoras de uma culpa sem remédio, mas também sem perdão de Mário Brochado Coelho no seu diário de guerra—*Lágrimas de Guerra*—falando das mulheres quiocas de Angola violadas por militares que conheceu. E vem-me à memória as vozes

Margarida Calafate Ribeiro

das mulheres africanas pela palavra poética de Noémia de Sousa falando das moças das docas que em seus corpos “embrulharam com carinho marítimos nómadas de outros portos” (Sousa 93) ou da poeta são-tomense Alda do Espírito Santo, falando das suas companheiras de dor e de pele:

[...] sigo passo a passo a mulher de pele bronzeada—que é a minha história, das avós dos meus avós e da geração futura [...]

[a mulher é] a última que é a última entre os negros que já são últimos na concepção dos demais povos da categoria civilizada [...] A sua voz não se levanta. Morre na distância. Ela nem voz tem. É escrava.—É mulher negra [...] é vítima de todos (Santo 13-15).

Na visão das poetisas as mulheres africanas são duplamente vítimas de opressão: de um lado, oprimidas pela sociedade africana colonizada, de cariz patriarcal e machista em que estão integradas e, por outro lado, pela sociedade colonial, branca e também ela patriarcal que a todos tutela. A guerra torna estas marcas de colonização no feminino mais evidentes e, por isso, as poetisas da libertação acarinhos as suas irmãs: a irmã do mato, sobre a qual se projectam ideais de liberdade, que a libertação não trará; as moças das docas, de corpos vendidos; as lavadeiras, de corpos violados; as prostitutas de beira de estrada ou de bordel; as que descascam o caroço ou vendem o peixe nas ruas de bairros miseráveis. No poema todas elas são irmãs e negras (Padilha, 2004, 126), com seus corpos tatuados “de feridas visíveis e invisíveis,” suas “mãos enormes, espalmadas,/ erguendo-se em jeito de quem implora e ameaça,” apelando ao reconhecimento da sua identidade, numa manifestação pessoal que é já um grito colectivo em busca de liberdade, em que a mulher africana se torna epíteto do sofrimento humano negro e expressão aglutinadora da revolta da terra africana ocupada, violada, usada:

Se quiseres compreender-me
vem debruçar-te sobre minha alma de África,
nos gemidos dos negros no cais
nos batuques frenéticos dos muchopes
na rebeldia dos machanganas
na estranha melancolia se evolvendo
duma canção nativa, noite dentro...

Lusos Amores

E nada mais me perguntes,
se é que me queres conhecer...
Que não sou mais que um búzio de carne,
onde a revolta de África congelou
seu grito inchado de esperança (Sousa 49-50).

O corpo feminino africano, fascinante pelo seu mistério sexual ou pela sua beleza luso-tropicalmente idealizada pelo português, ou ainda temido de forma mais ou menos irracional, é o corpo colonial mais desconhecido para o militar português europeu. Usado e violado como força do trabalho ou como objecto sexual, é contudo nele que se gera a futura nação, que a guerra ao colonizador anuncia. Assim, a visão dos espaços coloniais como lugares uterinos, onde colonos brancos exercem o seu poder político e racial engravidando mulheres locais, providenciando um colonialismo de “cobrição,” a que apela o quadro de Paula Rego acima referido, altera-se, e em alguns aspectos agudiza-se, num contexto de guerra. São várias as obras de ficção africanas que apontam para o aumento da prostituição com a guerra e do consequente engravidamento com paternidade irresponsável, os abusos cometidos por soldados portugueses sobre mulheres africanas, o aprisionamento de mulheres “amantes e lavadeiras” nos quartéis.⁷ Contudo, nesta literatura vinculada à Guerra de Libertação, esta denúncia é não apenas mais uma justificação para a importância da luta travada contra o colonizador e pela dignidade humana, mas é também vista como mais uma forma de luta, neste caso protagonizada pelas mulheres. Por isso, esta mesma literatura, bem como estudos sobre as guerras de libertação, trouxeram para a claridade as mulheres, não só como combatentes activas, mas como um grupo essencial de apoio (Lorentzen e Turpin 10), sendo a sua importância reconhecida quer pelos guerrilheiros, quer pelos exércitos coloniais, tantas vezes hesitantes entre a tradicional imagem passiva das mulheres e a inevitabilidade do reconhecimento das suas acções projectadas nas acções do inimigo. Daí que o editor de *Coração Forte*, Licínio Azevedo, na nota inicial ao volume onde anuncia a temática do livro—um conjunto de testemunhos de moçambicanos sobre a Guerra de Libertação em

Moçambique—designe os seus protagonistas da seguinte forma: “guerrilheiros, mulheres, crianças e velhos,” demonstrando assim um povo em guerra, onde às mulheres é reconhecido um papel activo no desenrolar da história (7). Também de acordo com o historiador angolano Carlos Pacheco:

Elas eram bastante activas; apoiavam os presos políticos sem levantar suspeitas; levavam e traziam directrizes dentro de bolos e pãezinhos; faziam circular mensagens entre Angola e o ex-Congo Belga (24).⁸

Se durante o período colonial o produto das relações sexuais entre mulheres negras e colonos era muitas vezes o embrião que iria reclamar a mudança formando as elites mestiças, como vemos, em versão ficcional, nos mulatos das obras de Castro Soromenho, em contexto de colonização e guerra são as próprias mulheres colonizadas que estão agora despertas para a luta e em processo de libertação. Elas dormem com o inimigo, mas passam as informações aos guerrilheiros; elas inventam a vida como podem lavando a roupa dos soldados ou prostituíndo-se, mas rejeitam o cheiro a morte dos brancos que servem; elas exibem os seus sexos, mas as suas vaginas são “guernicas desdenhosas” (Antunes, 1991); elas transportam a comida para os guerrilheiros, mas vão buscar as latas de comida do quartel mais próximo; elas são as prisioneiras violadas, mas não abdicam do seu estatuto de lutadoras pela libertação; elas são as lutadoras pela libertação e os amores dos brancos, como é o caso da reinventada Bárbara camoniana que irrompe no romance *Jornada de África*, de Manuel Alegre.

Mas a literatura da Guerra Colonial é uma literatura de esvaziamento e não de preenchimento, de perda e não de encontro, de olhar o mesmo e não o Outro. Da leitura desta literatura, fica a imagem de corpos portugueses em processo de dilaceração, o que explica a tematização obsessiva, por parte dos narradores ou sujeitos líricos, da sua identidade e da sua identificação, num exercício de reencontrar o seu rosto pessoal e do sujeito português, face a um ambiente

pleno de signos de violenta ruptura física, psicológica e social.

Faltam braços, mãos, pernas, pés (Alegre 168).

O hospital absorvia toneladas de carne esfacelada, múmias recentes, arrobos de membros partidos (172).

O Lopes espreitou lá para dentro, sem perceber imediatamente que aquela massa de carne, sangue, tripas era o resto de um corpo. (40)

Nesta literatura ensimesmada e virada para dentro do sofrimento humano mais íntimo, o primeiro corpo violado é o corpo de um suposto colonizador agente de uma nebluosa metrópole, transposto para o soldado mobilizado por um país que lhe pede “o corpo pela pátria.” É *o menino de sua mãe que jaz morto e arrefece* no poema de Fernando Pessoa e que, nos anos da Guerra Colonial, inspirou a escultura homónima de Clara Menéres.⁹

Assim, a missão do soldado colonial está imbuída de dúvidas e suspeitas pelos seus próprios agentes não tanto sobre a sua eficácia, mas a sua pertinência e justiça. Por isso, nesta literatura a visão da terra africana como uma terra violada impõe-se na perspectiva de alguns protagonistas dos romances da Guerra Colonial, particularmente quando se trata do mato, olhado pelos soldados do exército colonial como um lugar de morte para eles, e onde simultaneamente se gerava a nova nação. Em vários romances o mato abre-se como o impenetrável e fascinante “santuário dos guerrilheiros,” que lhes traz o rosto dos seus habitantes, ou a imagem do seu próprio rosto: um rosto igualmente marcado pelo medo, pela exaustão, pelo pânico da morte.

A África, para nós, europeus, será sempre uma estranha. Quando entro na floresta tenho a sensação de profanar qualquer coisa sagrada, sinto uma reacção pegajosa... (Ferraz 114).

Mais à frente, deparou-se-lhes outra enorme clareira conventual. Voltavam a existir claustros sem tecto nem paredes, arcadas imaginárias e torres desfeitas, onde o vento fazia soar ainda os carrilhões sobrenaturais do silêncio; (...)

—Turras! Tem aí turras, meu arferes!

Margarida Calafate Ribeiro

Então, puderam ver, apenas por uma fracção de segundo, a cara do outro guia: dois olhos espantados a fixarem-se nos deles e a entrarem em pânico perante a ideia da morte iminente (Melo 239-40).

Esta visão da terra africana como uma terra violada pelos colonizadores e agora pelos soldados transpõe-se para os corpos que a habitam. Por isso, a visão do africano, e particularmente da mulher africana, é também dupla, porque filtrada pelo sentimento de culpa que permeia esta literatura. No entanto, isto não impede que elas tenham sido as vítimas das vítimas, porque nem sequer foram contabilizadas como tal. Num contexto de guerra elas são o corpo mais vulnerável e mais fácil de atingir e, por vezes, o único sobre o qual se pode exercer um poder já em processo de desespero e de esvaziamento.

Nesta literatura a mulher africana é a prisioneira, constantemente violada por todos os soldados ou pelos PIDEs como se assim fosse possível vencer o inimigo:

Era boa, hã? Estava feita com os turras. Comissária, topa? Demos-lhe uma geral para mudar o óleo à rapaziada, e, a seguir, o bilhete para Luanda (Antunes, 1991, 192).

É o troféu de guerra no fim das operações em que todos os corpos civis são violados, mortos ou esquartejados no entusiasmo da vitória bélica:

—Esta vai pagar-mas doutra maneira! Puxou-a para trás de um arbusto enquanto os homens da companhia continuavam a disparar e a partir potes de barro. Deitou-a sobre o capim seco, escutando deliciado os gritos e os tiros, arregaçou-lhe o pano da saia, abriu-lhe as pernas e enfiou-se nela. Resfolegou que nem um toiro cobridor. (...)

Vá, ó Transmissões dum cabrão, vá, agora tu!—berrava o furriel (Ferraz 281).

Havia na guerra,
Como em todas as guerras:
—O direito de saque;
Da posse da mulher prisioneira; (Calvinho 46).

É a lavadeira que raramente escapa ao desejo dos soldados:

Lusos Amores

Todos acabavam por arranjar uma
directamente ou por intermédio
do amigo mais safo. (...)
A roupa era o processo prático
que estabelecia o laço
humano, passo a passo,
fala a fala, tráfico a tráfico,
dinheiro a dinheiro,
roupa a roupa
corpo a corpo, boca à boca
e por fim o que se queria primeiro (Neves 191).

É a prostituta, marginalizada pela sua própria comunidade
e vista pelos soldados ora como sua propriedade,

—A minha é boa rapariga—proseguiu o Silva.—Rouba só de
longe em longe. E arranja umas rapariguitas, por cinquenta pesos. É
de confiança, garanto-te. Nunca tive nenhum esquentamento (Garcia
35),

ora como responsável pelas doenças venéreas de que sofrem
os soldados,

Sobre a esteira batida das fardas
a mágoa vaginal pífia
mordia
Esse rumor da febre
lento, talvez
A morte, no coração (Vieira 43).

Ao contrário das previsões da grande família portuguesa, a
tropa não tinha feito deles homens, seres reprodutivos e
amantes, mas antes agressivos violadores ou masturbadores
num exercício colectivo de aguentar um país que desenhava
ali o perfil de uma ficção maligna. A masturbação e a agres-
sividade violadora que caracteriza estas relações é sobretudo
sinónimo de intransitividade e impotência, sendo sem dúvida
a violação o acto mais intransitivo, na medida em que o seu
efeito se projecta sobre o Outro, a quem, de forma
conscientemente humilhante, se pretende reafirmar uma não-
identidade. Por isso, em *Os Cus de Judas*, de António Lobo
Antunes, o momento de violação do corpo do Outro—seja
na atitude dos soldados que tiram uma fotografia exibindo
como troféu a perna amputada ao soldado do MPLA, seja na

violação sexual colectiva de Sofia pelos agentes da PIDE ou da prisioneira pelo oficial contra os azulejos de uma nauseabunda casa de banho onde o narrador-personagem entra—é o momento crucial de percepção da dimensão da loucura, da miséria humana e do engano monstruoso em que os portugueses estavam envolvidos. Como confessa o narrador após presenciar a violação da prisioneira “apeteceu-me, entende, tirar também a minha pila para fora e urinar sobre eles” (Antunes, 1991, 221), para concluir:

Mas não podíamos urinar sobre a guerra, sobre a vileza e a corrupção da guerra: era a guerra que urinava sobre nós os seus estilhaços e os seus tiros, nos confinava à estreiteza da angústia e nos tornava em tristes bichos rancorosos, violando mulheres contra o frio branco e luzidio dos azulejos, ou nos fazia masturbar à noite, na cama, à espera do ataque, pesados de resignação e de uísque, encolhidos nos lençóis, à laia de fetos espavoridos (Antunes, 1991, 221-2)

Retomo aqui a questão lançada pelo narrador de *Memória de Elefante*, de António Lobo Antunes, “Onde é que eu me fodi?,” neste outro romance veiculada por expressões muito fortes¹⁰ e que nos levam à conversão da pergunta inicialmente formulada em “Onde é que me foderam?” A transferência de sujeito verbal na mesma questão—que implica uma transferência de responsabilidades—faz emergir a justificação, e alguma absolvição, para a violência e intransitividade dos actos de violação praticados pelos homens na guerra, que se lançam numa procura labiríntica simultaneamente auto-justificativa e acusatória dos culpados da sua situação.¹¹ A auto-violação que este processo representa, ou seja o aparente paradoxo de os violadores estarem a ser violados e de se estarem a violar a si próprios, é não só psicologicamente generalizável mas também, no caso especificamente português, articulável com o facto de o mesmo regime de opressão colonial, que gerava estes violadores, oprimir os seus próprios cidadãos. Por isso, na literatura da Guerra Colonial, a mulher africana também se encontra irmanada com o soldado na sua marginalidade de vítimas do colonialismo e da guerra e que, por vezes, se transfigura na imagem maternal da mãe negra que embala o menino

Lusos Amores

abandonado na guerra, como vemos na ficção de António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, e em alguns poemas:

Amor de carne vendida
por panos perfume e cor
Escravidão consentida.
Comércio d'escravos desejos

Não há “carícias”
nem “beijos”!

Há uma mulher vendida
Há um soldado enganado (Calvinho 70)

e faço amor consigo como na cubata da sanzala Macau da tia Teresa, negra gorda, maternal e sábia, recebendo-me na palha do colchão numa indulgência suave de matrona (...) (Antunes, 1991, 213-4).

Inevitavelmente volto ao texto de Alda Espírito Santo acima citado: “É mulher negra [...] é vítima de todos” (Santo 13-15), ainda que, pela função genérica de reparação moral, individual e colectiva essencial à literatura da Guerra Colonial, a mulher africana em luta pela libertação se transforme ora na controversa paixão do soldado português, como acontece com a camoniana Bárbara reinventada em *Jornada de África*, de Manuel Alegre, ora na mulher-sujeito histórico erguida à condição de geradora da nova nação, enquanto mãe dos novos cidadãos. Ela é aquela que, nas palavras de Sara Ruddick, detem “o sonho da paz” (1998, 213), como acontece em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo. No entanto, esta dupla representação do feminino africano na literatura da Guerra Colonial não representa um efectivo reconhecimento da sua condição. Ela é apenas subsidiária, na medida em que tem a sua ancoragem na renegociação da identidade do português que a trágica vivência da Guerra Colonial proporcionou e que enforma esta literatura.

A diversidade das relações traçadas entre o português e a africana, referidas na poesia e nos romances da Guerra Colonial, fica marcada pela circunstância da guerra, pela impossibilidade de consumação e pela intransitividade,

Margarida Calafate Ribeiro

consagrando-se assim a imagem do feminino africano transmitida nesta literatura como mais um fantasma/fantasia do império desfeito.

Notas:

1. “Nem ele entende a nós, nem nós a ele./ Selvagem mais que o bruto Polifemo./ Começo-lhe a mostrar da rica pele/ De Colcos o gentil metal supremo,/ A prata fina, a quente especiaria:/ A nada disto o bruto se movia.” (Camões V:28).

2. Ver Albuquerque et al., 1991.

3. Ver reprodução do quadro em Lisboa 32.

4. Sobre este quadro ver as leituras de Bethencourt 76-77; Holloway, 1999, 7-25; 2000, 697-705; Lisboa 32-33.

5. Sobre isto ver Padilha, 1999, 351-63.

6. Sobre isto ver Lorentzen e Turpin, 1998.

7. Cf. por exemplo Lima 219.

8. Sobre as mulheres africanas na Guerra de Libertação em Moçambique ver o estudo de Casimiro. Neste estudo é também muito importante a análise do pós-guerra, com a denúncia da violência e da subalternização das mulheres. Ver também Coelho.

9. Ver a fotografia da escultura em Pernes 265.

10. “nos foderem os cornos,” “me enfiou sem aviso neste cus de Judas” ou “quem anda aqui a foder o coiro somos nós” (Antunes, 1991, 94).

11. “Foda-se, também vim para aqui porque me expulsaram do meu país a bordo de um navio cheio de tropas desde o porão à ponte e me aprisionaram em três voltas de arame cercadas de minas e de guerra, (...) A cada ferido de emboscada ou de mina a mesma pergunta aflita me ocorria, a mim, filho da Mocidade Portuguesa, das *Novidades* e do *Debate*, sobrinho de catequistas e íntimo da Sagrada Família (...): são os guerrilheiros ou Lisboa que nos assassinam, Lisboa, os Americanos, os Russos, os Chineses, o caralho da puta que os pariu combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam, quem me enfiou sem aviso neste cu de Judas de pó vermelho e de areia, a jogar as damas com o capitão idoso saído de sargento que cheirava a menopausa de escriturário resignado e sofria do azedume crónico da colite, quem me decifra o absurdo disto (...) (Antunes, 1991, 48-49).

Sobre isto ver também R. A. Hinde (2001), e Jo Gr

Bibliografia:

Albuquerque, Luís, et al. *O Confronto do Olhar*. Lisboa: Caminho, 1991.

Alegre, Manuel. *Jornada de África*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

Lusos Amores

Antunes, António Lobo. *Os Cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote, 1991 [1979].

---. *Memória de Elefante*. Lisboa: Dom Quixote, 1983 [1979].

Azevedo, Licínio. *Coração Forte*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1995.

Bethencourt, Francisco. “Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia.” In Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (eds). *Fantasmias e Fantasias no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003. 69-89.

Calvinho, António. *Trinta Facadas de Raiva*. Lisboa: ADFA, 1999.

Camões, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto Camões, 1992. (Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro) [1572].

Casimiro, Isabel. *Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações em Moçambique*. Tese de mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1999.

Craveirinha, José. *Poemas da Prisão*. Lisboa: Texto Editora, 2004.

Coelho, João Paulo Borges. “Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-colonial Violenta—Sobre o Legado das Guerras Coloniais nas Ex-colónias Portuguesas.” *Lusotopie* (2003): 175-193.

Coelho, Mário Brochado. *Lágrimas de Guerra*. Porto: Afrontamento, 1989.

Ferraz, Carlos Vale. *Nó Cego*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982.

Garcia, José Martins. *Lugar de Massacre*. Lisboa: Edições Salamandra, 1996 [1975].

Groebel, Jo, Hinde, R. A. “A Multi-level Approach to the Problems of Aggression and War.” In Jo Groebel e R. A. Hinde (eds). *Aggression and War. Their Biological and Social Bases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 223-229.

Hinde, R. A. “Institutionalized Aggression: Cultural and Individual Factors that Support War.” In A.C. Bohart e D.J.

Stipek (eds). *Constructive and Destructive Behavior: Implications for Family, School and Society*. Washington, DC: American Psychological Association, 2001.

Holloway, Memory. “Effet de miroir; regard vers le passé, marche vers l’avenir.” In *Secrets Dévoillés. Dessins et gravures de Paula Rego*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999. 7-25.

---. “Praying in the Sand: Paula Rego and the Visual Representations of the First Mass in Brazil.” *Portuguese Literary and Cultural Studies* 4/5 (2001): 697-705.

Lima, Manuel dos Santos. *As Lágrimas e o Vento*. Lisboa: África Editora, 1975.

Lisboa, Maria Manuel. *Paula Rego’s Map of Memory—National and Sexual Politics*. London: Ashgate, 2003.

Lorentzen, Lois Ann and Jennifer Turpin (eds). *The Women and War Reader*. New York, London: New York University Press, 1998.

Marcus, Greil. *The Dustbin of History*. London: Picador, 1997.

Melo, João de. *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Lisboa: Dom Quixote, 1992 [1984].

Neves, José. “A Lavadeira.” In José Neves. *Esquadrão 149. A Guerra e os Dias*. [n.p.]: Rolo, 2003.

Pacheco, Carlos. “Passados com Cortinas de Silêncio.” *Público* 19 Março, 2000: 24.

Padilha, Laura Cavalcante. “O Sapalalo ou a Casa entre Dois Mundos em Benguela.” In J. F. Silveira (ed.). *Escrever a Casa Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 351-363.

---. “Dois Olhares e uma Guerra.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 68 (Abril 2004): 117-128.

Pernes, Fernando. *Panorama da Arte Portuguesa do Século XX*. Porto: Campo das Letras, 1986.

Pessoa, Fernando. *Poemas de Álvaro de Campos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (edição de Cleonice Berardinelli).

Ramalho, Maria Irene. “A Poesia e o Sistema Mundial.” In Boaventura de Sousa Santos (ed.). *Portugal: Um Retrato*

Lusos Amores

Singular. Porto: Afrontamento/Centro de Estudos Sociais, 1993. 91-128.

Ruddick, Sara. *Maternal Thinking—Towards a Politics of Peace*. London: The Women's Press, 1989.

---. "‘Woman of Peace’: A Feminist Construction." In Lois Ann Lorentzen and Jennifer Turpin (eds). *The Women and War Reader*. New York: New York University Press, 1998. 213-226.

Santo, Alda do Espírito. "Luares de África." *Mensagem* 7 (1949): 13-15.

Sousa, Noémia. *Sangue Negro*. Maputo: Associação de Escritores Moçambicanos, 2001.

Vieira, Vergílio Alberto. *A Paixão das Armas*. Porto: Afrontamento, 1983.